VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2024

ATA NÚMERO SESSENTA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e treze minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, substituída por Vânia Maria Melo Rocha, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, Paulo José Melo Martins, substituído por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltou, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, o seguinte Presidente de Junta: Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, Rui Manuel Alves da Rocha Pereira e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ---

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda.----------

Ponto 1 - Público.----------

Senhor Vasco Santos (Freguesia de Oliveira do Douro) na sua intervenção questionou se a Câmara lhe conseguiria responder, qual a atuação da Polícia Municipal em Vila Nova de Gaia. Se quando havia uma situação qualquer, iam ao local verificar o que se passava. O seu pedido era relativo a uma rua - Rua de Fonte Nova que o sr. Dr. Dário, anterior ao Dr. Filinto, que pensava já ter afirmado ali que tinha uma espinha, a Rua da Fonte Nova, que nunca tinha sido arranjada. A rua continuava igual, os carros batiam parados, de marcha atrás, de frente. Aquela rua tinha um paralelo que era uma loucura. Toda a gente sabia que a Rua do Vinho, era preciso alguém verificar antes que se desse uma tragédia.----------

Senhora Ana Paula Castro (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso) disse ser moradora na Praça Diogo Cão há 43 anos. Nunca tiveram tantos problemas em termos de limpeza dos jardins como no presente. A empresa que estava a fazer a manutenção dos jardins, no seu entender estava a perder qualidade. Apareciam de mês a mês e ultimamente, desrespeitando o fiscal da Câmara, iam embora sem limpar. Deixavam tudo a monte, lixo no chão, erva mal cortada e os moradores já se cansavam da pouca-vergonha que lá existia. Pedia a intervenção do senhor Presidente, pois apesar de tantas denúncias que fizeram ao respetivo departamento, não houve ninguém, que tivesse coragem de lá ir, a verificar a situação "in loco" ou manter lá o fiscal da Câmara, para analisar a limpeza dos jardins que era feita por esses senhores.

Senhor António Lopes (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso) na sua intervenção referiu também ser morador na Praça Diogo Cão, tiveram acesso a umas plantas topográficas que levava para mostrar. Havia certa confusão na planta entre estar assinalado ser um passeio ou uma estrada. Eles entendiam ser um passeio pois foram os moradores que o fizeram, pois aquilo estava em terra. Gostaria que

o senhor presidente mandasse alguém verificar e esclarecer. Morava lá há 43 anos e pagaram essa infraestrutura. Portanto, gostava que fosse revista essa situação.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu que a polícia Municipal fazia muita coisa e os técnicos costumavam ir ao local, mas dependia dos assuntos. Tentavam prevenir quando havia problemas. Relativamente à rua, conhecia bem a situação. Era uma situação que tinha menos que ver com o pavimento e mais com aquilo que destruía o pavimento, que eram as infraestruturas e a água que lá corria. Era uma intervenção pesada, difícil por todas as razões que, aliás, explicava muito bem a pendente nomeada. Compreendia, passava lá muitas vezes, juntava a isso o facto de terem na zona, para não dizer mesmo na freguesia, um conjunto vasto de intervenções em rede viária. Não era possível fazer tudo. Aquela não era uma via que tivesse o peso, do ponto de vista da circulação, de outras que estavam numa situação miserável como Santos Pousada, Alexandre Herculano, na zona da Seara. Isso era evidente. Tinham e continuavam a ter alguns problemas na zona industrial, Real, embora aí com piso reabilitado. Toda a zona de Caetano de Melo, já tinha sido reabilitada duas vezes, Santos pousada teve intervenção. Achava muito justo que se dissesse que, estando de momento com problemas, a freguesia tinha tido uma intervenção significativa do ponto de vista da rede viária, a última das quais foi exatamente junto à Rua Fonte Cova, na Rua do Areinho, uma rua que era absolutamente decisiva e em que a Câmara assumiu um custo suplementar de obra, mantendo a estrutura de drenagem da água, nomeadamente o paralelo em vez de lá meter asfalto, que era mais barato e mais rápido. Mas ainda assim optaram por uma solução mais cara, mas mais difícil de explicar, que era o paralelo, mas muito mais adequada para uma zona de carácter histórico. Nomeou outras ruas que gostaria de ver qualificadas, Fonte Cova, Mirante, Pedra Salgada e esperam oportunidade. Em termos de extensão de ruas, no concelho de Gaia, dava para ir ao Algarve e voltar, não era possível fazer tudo. O que o munícipe dizia era absolutamente verdade, mas também era verdade que, não estavam parados e existia uma intervenção, muito significativa, em arruamentos que achava ser visível. Logo que o pudessem fazer tratavam, não só da rua de Cova ou da Rua Fonte de Cova ou outra, mas de toda a drenagem de águas pluviais, da infraestrutura subterrânea e só depois as ruas. Aquilo não era apenas um problema de pavimento, tinha um problema de caixas entupidas. As obras que lá foram feitas, já há muitos anos, entupiram toda a drenagem de águas pluviais e o que acontecia ao pavimento era o facto de ser um pavimento muitas vezes levantado, pela própria força da água. Iriam fazendo gradualmente e à medida das disponibilidades. Gostaria de voltar ao assunto de Fonte Nova, porque ainda por cima era um assunto que implicava não apenas a Câmara, mas pelo menos a Câmara e as águas de Gaia. Já para não falar da questão dos fios, da eletricidade e das telecomunicações. Portanto, teria de haver uma solução integrada, mesmo correndo o risco de ultrapassar estimativas orçamentais. Mas reconhecia que na freguesia de Oliveira do Douro uma das coisas que, ainda não tinha sido intervencionada, e se afigurava como prioritária, a formiga rosa e tudo que era a pressão da zona da formiga rosa. Portanto, tentaria perceber como estavam os projetos

da zona, como é que estava a infraestrutura. Voltariam ao assunto para tentarem encontrar uma boa solução que favorecesse os moradores. Agradeceu a chamada de atenção. Relativamente à questão da Praça Diogo Cão, dividindo o assunto da forma como ele também foi apresentado pelos munícipes, pela senhora Dona Ana Paula Castro e pelo senhor António Lopes, não conseguiria responder pois não tinha nenhuma reclamação da Praça Diogo Cão. Admitia que estivesse mal e iria verificar. No momento existia uma cooperação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Uma parte de jardins eram assumidos pela Câmara, outra parte pelas Juntas de Freguesia. Existia uma parte, inclusivamente, entregue a uma empresa exterior, porque nem a Câmara nem a Junta de Freguesia tinham a capacidade para fazer a tarefa com pessoal próprio. Não tinham tido o reporte negativo da fiscalização, porque ainda por cima sendo uma empresa onde a Câmara tinha as contas em dia. Se eles estavam a receber, não havia nenhuma razão para não cumprirem com o que estava planeado. Relativamente á questão que levantava o sr. António Lopes aquela imagem não dizia nada, era apenas a delimitação de zonas. O senhor chamava-lhe rua e na legenda chamava-se uma infraestrutura municipal, uma infraestrutura viária. Não sabia se os moradores eram da origem das construções ou não, apenas saberia com o processo de licenciamento de todo o loteamento. Os munícipes também não deveriam ignorar, que em muitos casos, os loteamentos dão origem a acessos, muitas vezes acessos únicos e específicos para um prédio, mas são públicos. No âmbito das cedências ao domínio público, o espaço passava a ser espaço público. Ou seja, embora fosse de fruição única de quem o habitava, nada podia impedir que outra pessoa pudesse aceder lá. A solução passaria por verificarem o licenciamento. Receava que lhes tivessem criado a expectativa de que era um acesso privado e poderia não ser. Logo que possível daria uma resposta concreta. ----------

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 55 de 05 de setembro de 2024.

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Alcino de Sousa Lopes, Eduardo Miguel, Sabino Guedes, Barroco de Melo, Jaime da Silva, Quintas, Aurora, Marina, Paula Teixeira Ferreira, Vânia Maria Melo Rocha, José Fernando Santos Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Beatriz Castro Pinto e Alcides do Couto Pereira. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 56 de 19 de setembro de 2024.

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes,

Barroco de Mello, Joaquim José Pereira da Silva, Vânia Maria Melo Rocha e Luís Miguel Pereira Alves Nogueira ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 57 de 26 de setembro de 2024.

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Manuel Benjamim Leite Soares, Alexandra Mónica Soares Amaro, Eduardo Miguel, Sabino Guedes, Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, José Joaquim José Pereira da Silva, Jaime da Silva, Quintas, João Morais de Sousa, Aurora, Marina Paula Ferreira Teixeira e José Fernando Santos Almeida ----------

Ponto 3. Período da Ordem do Dia. ----------

3.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à participação do Município de Gaia na STCP, através do Contrato Interadministrativo e do Contrato de Serviço Público propostos". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse que a documentação até pecava por excessiva, mas era a que tinham de enviar. Fazia um conjunto de notas rápidas, a primeira das quais para deixar claro que o que estavam perante um aditamento para os próximos dez anos, no que dizia respeito à adesão, ou não, do município de Vila Nova de Gaia. Pretendiam perceber se havia um acordo alargado relativamente aquele dossiê, porque estavam a falar de muito dinheiro. Só em 2024 estavam a falar de quase 2 milhões €. Ou estavam a falar de quase 2 milhões € em 2025. A perspetiva que tinham, de acordo com um estudo económico financeiro, era de 4,1 milhões €. E até esse aumento exponencial o faria acautelar e levar o debate á discussão, antes de chegarem à fase de aumentar, a fase de dotar financeiramente a proposta, para a consumar e assinar o contrato que depois iria ao Tribunal de Contas. Fazia-o com intencionalidade, porque também achava que era bom saber o que o aprovavam ali, a favor ou contra, seria para os próximos dez anos. Quando tinham aprovado, há sete anos ou oito anos atrás, a adesão do município de Gaia à STCP na lógica da municipalização, fizeram-no com muitas dúvidas e com um empenho e uma argumentação levada a todos os pontos. No momento estavam a aprovar uma adenda para os próximos dez anos. A nove ou dez meses do final de um mandato, no final de um ciclo autárquico, pelo menos para o Presidente, e, portanto, era muito importante que o assunto fosse clarificado, debatido o mais possível e que fosse aprovado por muito mais do que aquilo que era uma maioria de monocolor, partidária ou outra. Porque, na verdade, o que iam ter nos próximos dez anos eram consequências daquilo que decidiam naquele momento.

Os seis municípios que integravam a STCP assumiram encomendar, para olhar de uma forma séria para o problema, um estudo económico financeiro, á Universidade Católica para apurar aquilo que iria ser o conjunto de comparticipações de consequências financeiras que, previsivelmente, nos próximos dez anos, a STCP acarretaria para os municípios. O município de Gaia era o segundo maior município, em termos acionistas da STCP, seguido ao Porto. Gaia tinha 12% ou 12,4% de participação na STCP. Falando da quota acionista e dos ajustamentos necessários a fazer em Gaia disse que a partir do dia 8 de dezembro começaria um ajustamento, que achava particularmente importante, a ligação da VL3 em Vilar do Paraíso ao Centro de sul da Madalena, percorrendo ali a Rua Nova de Lisboa, que era uma extensão absolutamente fundamental. Mas falava de ajustamentos não de criar redes dentro da rede. Até havia quem dissesse que o STCP deveria tomar conta de tudo, que se possível, implicaria uma alteração da lei, um debate profundo sobre todo o modelo contratual que tinham. Era uma possibilidade teórica, mas de momento uma possibilidade ilegal. De momento poderiam capitalizar o capital acionista, tinham 12%, poderiam perfeitamente sair da STCP e com o resultado da venda do capital ceder aos demais parceiros, mas isso estaria completamente fora de questão. Os municípios receberam as ações da STCP a custo zero, porque o que ocorreu foi o governo de então assumir pagar na íntegra o passivo da STCP. Não seria correto que o município pudesse vender uma quota pela qual nunca pagou. E, portanto, o que estava perfeitamente definido, entre todos, era que quem saísse deixaria a sua percentagem acionista para ser distribuída igualmente, pelo peso acionista de cada um dos parceiros, mas sem ressarcimento. A partir de um estudo da Universidade Católica, que tem o pior dos cenários, que é a ausência de comparticipação no investimento. Tinham de decidir mais do que decidir em função de cabimento. E se avançassem nesse sentido ou não, o que decorreria? Se houvesse uma posição muito alargada, no sentido da manutenção da posição da Câmara Municipal de Gaia na STCP, avançariam assinando dez anos de contrato. Tinham de enviar o contrato para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas ou visava o contrato ou levantava questões, mas no fim, não haveria razões para não visar. E a Câmara passaria a assumir um novo ciclo de dez anos de intermunicipalização. Portanto, tem de haver um acordo alargado. As pessoas teriam de ter tempo para analisar, ter tempo para ponderar, porque no início do mandato pagavam zero para transportes. No ano presente, só para STCP, pagarão 1,7 milhões, quase 2 milhões. Para o ano seguinte, a previsão era de 4,1 milhões e somando a isso 1,7 milhões de comparticipação na UNIR. Que ninguém pensasse que iria melhorar pois o que iria acontecer era progressivamente um efeito de aumento. Todos teriam consciência que não poderiam imputar a totalidade da operação ao passe a bilhética, porque senão era impossível ter um passe de 30 € para três zonas. Achava que os deputados percebiam que a Câmara não assinasse o documento sem ter um conforto de uma discussão e de uma votação suficientemente alargada para se poder dizer que houve um consenso em Gaia. Por fim deu uma nota sobre o modelo porque achava mesmo ser importante que o concelho de Gaia tivesse a STCP, mas também a unir e se calhar que tivesse a CP. O sistema de transportes públicos, num contexto como o de Gaia, não um serviço. Num sistema

teriam de ter capacidade de articular o metro com soluções intermunicipais, com soluções de base metropolitana e com soluções até de base de freguesia. A sua convicção era que o transporte não seria tratado para ser uma empresa, mas por um sistema, por um ecossistema interdependente. Essas opções teriam de ser naquele momento, assumidas pela Assembleia Municipal e não pela Câmara, porque a Assembleia Municipal tinha uma legitimidade para assumir para os próximos dez anos, porque estavam ali vários partidos. Pediu ao plenário que assumissem e decidissem em consciência pois não estaria disponível para uma solução de maioria partidária apenas. Ou havia ali um consenso alargado ou então teriam de tomar uma decisão diferente. ----------

Senhor Deputado, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, (IL) disse que o presidente tipificava então os montantes devidos por compensações de serviço público, entre outras matérias, dos municípios do serviço prestado pela STCP, estando Gaia estimada a pagar cerca de 51 milhões €, mais IVA. Ao longo dos dez anos visados por esse contrato, 1 de janeiro 2025 a 31 dezembro de 2034, cumpria notar a muito maior dotação do Município do Porto, tendo em conta a muito maior cobertura da STCP neste município, mais os encargos relacionados com aquilo que era a operação do Metro da Boavista. No entanto, seria difícil dispensar algumas componentes de gasto STCP, afetas à rede Geral, versus Metro Bus da Boavista, pelo que não seria de desconsiderar alguma contaminação daquele sistema nas comparticipações de obrigações de serviço público dos demais municípios, incluindo Vila Nova de Gaia. Aquele aditamento deveria servir então de base, como o Presidente disse e muito bem, a uma discussão alargada sobre o que era que pretendíamos que fosse a STCP no futuro. Uma rede complementar capilar que respeitasse os princípios basilares da hierarquia de modos de transporte. Ou uma empresa que se substituísse ao Metro do Porto na prestação de serviço de transporte aos utentes da AMP. Mas Infelizmente, a STCP não poderia fazer os dois papéis sem que houvesse sacrifícios na sua função fundamental, possuir uma rede capilar da AMP, com particular ênfase no município do Porto e que permitisse encaminhar passageiros para modos de transporte com mais capacidade, como era o caso do comboio ou do próprio Metro do Porto. Em 1911, os operários das minas de carvão no Reino Unido começavam a entrar nas galerias com uma companhia muito particular, um canário numa gaiola. O sistema pulmonar do canário, de tão sensível que era, permitiria alertar os operários das minas para eventuais fugas súbitas de monóxido de carbono e outros gases. Assim que o canário se mostrasse mais débil, os mineiros saiam imediatamente das galerias. O deputado usando a imagem comparou a gaiola com o canário ao Metro Bus da Boavista, Praça do Império. Um projeto que tinha começado mal que terminou em setembro de 2024 e a entrada em exploração do mesmo, no melhor das hipóteses, seria sempre apenas em 2025. E para além de não fugirem dessa tipologia de transporte público, estavam–se a focar mais nele. Assim tinham a Metro do Porto, em total contraciclo com os anteriores 20 anos de existência, a construir a infraestrutura para ser explorada pela STCP e não a construir infraestrutura para ser explorada por si própria e para substituir linhas de autocarro. Assim, tinham a Metro do Porto, numa prometida expansão de terceira

fase, onde em 37 quilómetros de novas linhas, em termos globais, 20 quilómetros eram literalmente em autocarro. Ainda deveriam dizer se estavam perante uma expansão do metro ou uma expansão da STCP. Admirava a capacidade de fazer vender uma expansão do Metro do Porto, onde a prometida, há décadas, Linha da Trofa era apenas uma linha de metro de três quilómetros. O regresso do comboio ao centro da cidade da Trofa em autocarro, obrigando a uma rutura de carga em todos os movimentos Porto Maia, Trofa que se fizessem em modo metroviário e impedindo movimentos diretos Maia a estação da Trofa e que procedessem com transbordo para movimentos para Valença, Viana, Barcelos, Braga e Guimarães, com recurso aos suburbanos e regionais da CP. O deputado continuou a exemplificar trajetos de freguesias e concelhos diferentes, apontando modelos alternados entre serviço da metro e autocarros apontando falhas na oneração dos custos. Entendia que fazer expansões da rede de metro do Porto com recurso a autocarros era negar a interoperabilidade de material circulante. Os veículos do Metro do Porto poderiam ser rodados pelas diferentes linhas, mas os autocarros do Metro Bus seriam exclusivos das linhas do Metro Bus. As portas eram à esquerda e não poderiam ser usadas no resto da rede e vice-versa. Continuou a dar exemplos, com procedimentos estrangeiros, da melhor forma de oferecer bom serviço aos utentes. Continuou a apontar críticas e acusou ao Partido Socialista de vender a sua política de comunicação social e ainda quando o mesmo criticou Cavaco Silva pelo desmantelamento de grande parte da rede ferroviária nacional não deixava de ser irónico pois tendo a tutela da infraestrutura habitação e agora o atual secretário-geral, o chamado ministro mais ferroviário da democracia portuguesa, situações em que Braga deixa de ter metro ligeiro e passa a ter um sistema de BRT. Porto e Algarve perdiam linhas de metro ligeiro e passavam a ter linhas de BRT em total contraciclo com toda a Europa. Criticou ainda o Metro Bus dos Arcos de Sardão e a linha 9083 da Rede Unir. Agradecia naturalmente, a sensibilidade e a responsabilidade do senhor Presidente em não decidir assinar aquele aditamento. Caso não houvesse um consenso alargado sobre a matéria, seria no seu entender uma posição muito responsável e que aplaudiam naturalmente ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues clarificando o deputado da IL disse que tentar misturar a STCP com a operação da Metro do Porto era apenas tentar arranjar um argumento para pegar nuns parágrafos que já foram escritos antes e acoplar a uma intervenção. Perguntou-lhe qual tinha sido a linha de metro que o Porto perdeu para dar origem ao BRT. Quanto à linha da Boavista, a Iniciativa Liberal apoiou o presidente Rui Moreira, tal aliás como ele o fazia no dia a dia, trabalhando conjuntamente com ele, mas quem decidiu fazer BRT na Boavista, foi o presidente Rui Moreira que o deputado apoiou. Ali a IL o que faziam era atacar a Metro do Porto para não terem de atacar o presidente Rui Moreira. O BRT era uma opção do presidente Rui Moreira, não uma opção da Metro do Porto. A Metro do Porto não tinha poder nem legitimidade para fazer a linha do BRT, a opção foi do presidente da Câmara do Porto. Quanto à segunda questão, que o deputado falou mais vezes do Porto do que de Gaia, as suas preocupações não eram propriamente Gaia, mas falou que Valbom iria ter estação de metro primeiro que a Católica e que a

Pasteleira, pois tinha razão, o presidente Rui Moreira decidiu. Obviamente que o governo, que era o acionista da Metro, tinha de publicar a portaria de extensão para financiar o metro. Mas achava que o deputado percebia muito bem que o que o governo publicava na portaria aquilo que acordava previamente com a Área Metropolitana do Porto e que tinha sido assinado em Gondomar, num documento que também era público. Percebia que o que o deputado tentava era ignorar qualquer linha, qualquer centímetro que se fizesse de investimento da Metro do Porto ou da STCP, num concelho que só era feito se o Presidente da Câmara autorizasse, o presidente da Câmara do Porto assinou com o presidente de Gaia o documento. Estiveram, no Palácio de Cristal, a defender o BRT como uma grande conquista. E se a estação de Valbom não vinha mais cedo, era porque o dinheiro que estava previsto para Valbom, que não chegava para lá chegar, foi utilizado para o BRT da Boavista e foi tido como um ganho político da Câmara do Porto. Ignorava o deputado que a decisão das linhas foi tomada, por um consenso, à porta fechada, para não haver contaminação pública para cada um poder dizer o que queria na Área Metropolitana do Porto. Foi feito um documento, foi assinado e era público. O ministro, Matos Fernandes, tinha vindo assinar o que os presidentes decidiram. Entregou-lhes 550 milhões para eles decidirem o que queriam fazer para a Área Metropolitana e eles decidiram. Deixou, ainda, diversos esclarecimentos ao senhor Deputado e acusou-o de fazer demagogia, que seria difícil de combater. Não passava na cabeça de alguém que fosse possível estender o modelo Metro para todos os concelhos, ignorando o BRT como solução, quando por essa Europa fora estava a prevalecer e fazia sentido era existirem soluções flexíveis. Quem quis ter BRT na Boavista foi a Câmara do Porto e quem fez foi a Metro do Porto. Ele e o governo foram solidários e o governo assinou o memorando de entendimento. Uma coisa era ser solidário e assumir, outra coisa era "atirar-se ao empreiteiro", porque o Metro do Porto não era uma entidade política, era uma empresa nacional pública que obedecia a diretrizes. O ministro na altura fez aquilo que o Presidente Rui Moreira quis. O presidente Rui Moreira, na altura, foi posto perante duas hipóteses, que estavam escritas e estudadas, hipótese número um, a ligação de metro linha Rosa ao Hospital Santo António e ao Palácio de Cristal. Linha dois Boavista. O Presidente Rui Moreira preferiu a linha Rosa, por isso o BRT surgiu como uma conquista suplementar, porque o presidente da Câmara do Porto e bem, é que o fez. Conquistou a linha rosa e a seguir foi dizer, que não ia ficar sem a Boavista. Não havendo dinheiro para mais, meteu lá o BRT e o Governo pagou. A BRT na Boavista, gerido pela STCP, foi uma exigência da Câmara do Porto. O senhor estava a trazer a linha da Boavista apenas, e tão só, para denegrir a Metro do Porto e ele presidente para o desmentir com factos. A empresa fez a empresa Metro do Porto, fez o BRT da Boavista porque a mandaram fazer o BRT da Boavista.----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira, (CDU) confessou que era relativamente difícil iniciar uma intervenção sobre a STCP porque estava em causa a posição da CDU, naturalmente com uma visão estratégica da área urbana do Porto para aquela empresa. Era naturalmente feita a partir da visão de um eleito em Vila Nova de Gaia. Naturalmente que a CDU e por isso é que não interessava se era Nuno, se André,

Beatriz, ou Paula tinham opinião sobre o Metro Bus, sobre a Trofa. O André, enquanto representante da CDU, daria à oposição a posição, da CDU, relativamente à empresa no plano estratégico, no plano do Porto, a partir da questão Vila Nova de Gaia. Quem quisesse saber a opinião, poderia aceder á opinião sobre o Metro Bus, no YouTube, na Terça-feira na Assembleia Municipal do Porto. O senhor Deputado Rui Sá, disse sobre o Metro Bus qual era a posição da CDU, sobre a questão da STCP, e naquele debate, acerca do papel da STCP para a próxima década, importava refletir sobre os sucessivos momentos que ao longo da última década, já que falam de horizonte temporal, os trouxeram para o momento presente. Recuar dez anos trazia-os para o momento em que o Governo PSD-CDS fez tudo para privatizar a Metro e STCP, em agosto de 2015. Um ajuste direto, a um mês das eleições. Estavam ali a discutir um contrato a dez anos para depois do final do presente ciclo autárquico, a STCP era uma questão da Metro do Porto. A um mês das eleições legislativas de 2015. Um ajuste direto por convites depois da desistência do único consórcio que apresentou a proposta. O PCP sempre lutou, a reversão desse ataque à Região do Porto, ao concelho de Vila Nova de Gaia e ao país, com uma decisão que até tinha, do ponto de vista legal algumas dúvidas. Foram feitas alterações aos Estatutos que reforçaram a sua condição de entidade pública. Em todo o caso, tinha razão o PCP quando manteve até ao fim a confiança da possibilidade de travar a privatização e no papel decisivo da luta dos trabalhadores da STCP que, uma vez mais, reforçava. Exigiriam que o Estado interviesse decisivamente numa empresa em enormes dificuldades. E assim o fez. De certa forma, foi feita e em todo o caso, o Governo do Partido Socialista avançou para assinatura do memorando sem o devido debate nos órgãos municipais. Uma decisão, no entender do PCP e da CDU, como em tantas outras, desresponsabilização do Estado central que, em primeiro lugar, não salvaguarda a total manutenção do caráter público da empresa. E, em segundo lugar, era uma questão que até ia ao encontro daquilo que o senhor Presidente tinha dito na sua intervenção inicial de que não salva. Salvaguardou o envolvimento do Estado central não só em investimentos passados, já que os municípios tiveram de assumir alguns dos investimentos que o Estado Central havia prometido concluir até 2024. Foram os municípios, depois de ter a municipalização, que tiveram de assumir compromissos assumidos pelo Estado Central, como também para investimentos futuros. O Estado não dá qualquer salvaguarda, como se ouviu pela intervenção inicial do senhor Presidente. Poderia haver expetativa, poderia haver uma questão de boa vontade, de disponibilidade ou não de quadros comunitários e este ou aquele, mas não havia uma salvaguarda de investimento do Estado central na empresa a partir da sua interna municipalização, designadamente para investimentos futuros que, naturalmente, no universo a dez anos, mas também no universo a 20 anos, orçamentos municipais não têm sequer forma de implementar, designadamente na renovação da frota. Finalizou concordando com o Presidente que não se sabia o dia de amanhã e acrescentava também que não se sabia a conjuntura política na área urbana do Porto, nos municípios e para ser claro sobre a questão financeira que o senhor Presidente tinha colocado na intervenção inicial sobre a questão financeira. Criticar o município porque antes pagava 5 milhões, agora paga 7 milhões

á STCP não era isso, pois quando falavam, da vertente financeira e da sustentabilidade financeira da empresa, decorria justamente porque ela era uma consequência da municipalização. Sabia que a CDU não iria criticar a subida de cinco para 7 milhões. Foi efetivamente um passo pela não salvaguarda do papel do Estado Central nesse conjunto de investimentos, para que depois não estivessem reféns dali a uns anos, um presidente de Câmara mais ou menos demagogo, mais ou menos injusto. Ao longo dos anos, tinha conduzido á degradação das condições de trabalho e poder de compra dos trabalhadores, pelo facto de não haver atualizações salariais. Houve uma recentemente, e saudavam os trabalhadores da STCP. Podiam e deviam ter uma visão estratégica para a empresa. Com efeito, todo aquele processo era ilustrativo da diferença entre o papel que a STCP deveria assumir e as opções políticas de quem teve e tem responsabilidades para interferir na empresa. O PCP não desistiu, era naquele processo que falava em municipalização ao longo das várias décadas, com propostas e intervenções para que as entidades competentes fizessem um caminho de evolução da empresa, tomando as medidas necessárias para que a STCP fosse o operador interno da Câmara do Porto. Foi assim que o afirmaram na Assembleia da República, quando propuseram, aquando da apreciação parlamentar da descentralização da STCP em 2017, e na apreciação do Decreto-lei 82 de 2016. Novamente, em 2020, propuseram e disseram que se observasse a situação jurídica, e que tomassem as medidas necessárias para que a STCP fosse a operadora interna do Porto. No caso da municipalização, não foi essa a opção dos partidos, mas era esse o caminho estratégico que continuariam a afirmar como uma verdadeira necessidade dos utentes. Apresentaram numa sessão da Assembleia Municipal, uma proposta, para o período antes da ordem do dia, para que a Assembleia Municipal se pronunciasse nessa reivindicação". A Assembleia Municipal considera urgente que se observe o regime jurídico vigente e que se estude a possibilidade da definição da STCP como operadora interna do Porto, naturalmente assumindo essa posição como vontade" e foi reprovada com os votos contra do PS, PSD, CDS, chega, iniciativa Liberal e Bloco de Esquerda com honrosa exceção, Senhor deputado do PAN.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que no global percebia e estava de acordo com a apreciação política, pois o deputado tinha todo o direito de ter a sua visão assim como ele. Na questão da privatização, e para clarificar, houve dois atores que andaram envolvidos na área metropolitana, no processo de municipalização, ele e o presidente Rui Moreira. E na altura bem se lembraria quem era o presidente da Câmara de Lisboa. Conseguiram nas duas áreas metropolitanas, uma solução que achava ter sido muito vantajosa. E apesar de tudo, diria que a municipalização ou a intermunicipalização, do seu ponto de vista, era muito melhor do que a do que a retenção do Estado. O deputado podia achar que os trabalhadores da STCP ganhavam mal. Nos últimos sete anos, a empresa sempre aumentou os motoristas acima do acordo coletivo e era bom não esquecerem que a administração da empresa não podia aumentar ao seu gosto os salários. A administração tinha um acordo, o acordo coletivo e tinha uma margem financeira que lhes era dada pelos acionistas para fazer a gestão. A empresa lançou um concurso para 150 motoristas

e vieram 60. Um motorista da STCP ganhava mais do que um motorista de um operador privado. O mercado estava sem motoristas e por isso é que se viam os imigrantes com carta de motorista fazerem a operação. Era justo dizer que os municípios, desde que estavam à frente da STCP em sete anos, cinco anos, ou melhor, quatro anos positivo, um ano 0, e 2 anos com saldo negativo que foi coberto pelos municípios. Nunca a empresa STCP tivera resultados tão positivos como na atual gestão intermunicipal. E não tinha sido à custa dos trabalhadores, porque sempre aumentaram aos trabalhadores, todos os anos, mais do que o acordo coletivo exigia. A questão que o senhor deputado levantava era importante porque iria entroncar com a questão da iniciativa liberal. Na posição do Porto, o Porto de facto retirou a norma travão, mas não foi a pedido do Porto, foi a pedido dos outros municípios. A norma travão de acordo com os atuais estatutos era que definia se uma linha é dum operador interno ou se é entre aspas, do mercado. Se fosse uma linha intermunicipal era muito simples. O senhor deputado pegava na linha e calculava o percurso no Porto e o percurso fora do Porto. Se o senhor deputado tivesse uma linha, com três quilómetros no Porto e dois quilómetros em Gaia, a linha era operador interno. Se o senhor deputado tivesse uma linha com dois quilómetros no Porto e três em Gaia, a linha estava fora. O que o Porto estava a fazer, e bem, era levantar a norma travão para que no dia em que o deputado quisesse ir ao aeroporto com STCP, pudesse. Porque na verdade, no atual momento, a STCP não tinha condições para operar ao aeroporto, porque a extensão de operação fora do Porto é maior do que dentro do Porto e, portanto, não poderia ir ao aeroporto. Teria de ser lançado o concurso. Um operador interno metropolitano não seria viável porque não só ia aumentar brutalmente os preços porque, obviamente, a STCP, enquanto operador interno metropolitano, não tendo capacidade de gestão, ia subcontratar, concessionar ou o que lhe quisesse chamar e, a subcontratar a partir dos seus padrões. Portanto, a primeira consequência era fácil de perceber, seria "estourar" as contas dos municípios. A segunda consequência iria tornar a STCP num entreposto de gestão de contratos e não era bom. ~~A~~Assembleia Municipal votar contra o contrato poderia ser legítimo, mas tinha a consequência de Gaia sair da STCP. O senhor deputado estava a querer fazer uma ginástica argumentativa que era dizer não. Era contra o contrato, mas queria STCP em Gaia. O senhor, estando contra o contrato, estava contra a presença da STCP, porque a Câmara saia da STCP. Até poderia dizer que queria STCP e alinhava no contrato, mas iria lutar arduamente para transformar essa mentira desse contrato num operador interno. Isso era outra coisa.

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva, (PS) Admitiu ser ingrato participar naquele modelo de debate e chegar quase no fim. Mas de qualquer forma, para não maçar com parte do que tinham pensado, saudava a postura positiva, democrática e perfeitamente acertada da Câmara Municipal que há um ano do fim do mandato daquele projeto político dizia o Sr. Presidente, que pretendia ter algo mais que apenas o voto da maioria partidária daquela assembleia. E essa legitimidade acrescida era um bem político que todos deveriam saudar. E nesse sentido realçar isso mesmo. Depois olhar para um segundo ponto, que era o que fizeram até lá. Olhando para trás, importava dizer que quando há uns anos ao assinarem aquela dimensão intermunicipal

poderiam afirmar que tiveram razão e tudo correu bem. O saldo era positivo pois analisando tudo o que tinha sido dito também não ouviram ninguém a afirmar que correu mal e que não era esse o caminho. Referindo-se á CDU percebia a argumentação, mas em bom rigor, o que apontava era uma coisa muito diferente. Era um outro modelo, uma outra lógica e não era essa a questão em discussão. A ausência de debate ou a ausência no debate de algumas das forças políticas naquela Assembleia. Lamentava que as forças políticas fugissem ao debate e não expressassem a sua posição. Portanto, queria sublinhar isso e, nesse sentido, dizer que, pela ausência de alternativa e porque acreditavam na proposta da Câmara Municipal, o Partido Socialista iria acompanhar, como não poderia deixar de ser, a proposta apresentada ----------

Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE) disse que aquilo que acabaram de ouvir, pelo deputado João Paulo Silva, do PS, não sabia se seria anedota ou uma outra qualquer nota de rodapé de página que às vezes, não eram interessantes. De facto, estavam com muita atenção á explicação do senhor Presidente da Câmara. Não poderiam pedir nada ou exigir nada à STCP se não estivessem lá dentro. Portanto, com certeza iriam expressar o seu voto. ----------

Senhor Deputado Luís Nogueira (CDS-PP) A situação era o motivo que o levava ali. Esteve 01h00 a ouvir o senhor presidente da Câmara ou a ouvir o senhor Presidente da Área Metropolitana do Porto, o futuro candidato à Câmara do Porto, amigo do Rui Moreira. Não fazia ideia. Perante um assunto tão simples, tão fácil de ver, achava ter uma assembleia repleta de gente inteligente. E revia-se nas palavras do João Martins o assunto era evidente. Qual era a solução, a alternativa, sair dos STCP ou ter um sistema municipal de transportes? Não era um assunto fácil de opinar, nem aberto a radicalismos e a melhor solução, como o senhor presidente dizia, não era uma solução, mas um mix de várias soluções. Estavam ali para falar de Gaia, dos problemas de Gaia e das soluções para Gaia. Quando quisessem falar de Gaia estava disponível, para falar de outras coisas, não estava. Esteve quase para intervir, para se atirar ao cabecilha, como o presidente dizia, e o cabecilha político era o presidente da Assembleia Municipal que não podia permitir uma coisa daquelas. Íamos continuar nos STCP porque a alternativa não existia. As pessoas esqueceram-se que os STCP estavam falidos e o governo entrou lá e pagou, porque, por vontade do deputado da CDU, os STCP eram nacionalizados, a administração pública e os funcionários eram aumentados todos os anos 50%. Mas sabia que quem pagava os impostos era a população. Os trabalhadores, os empresários, todos os que pagavam impostos depositavam a confiança em quem os geria. Para terminar, dizer ao presidente que não tinham alternativa. Tinham aquele sistema que não estava a correr mal, na sua opinião. O modelo de gestão dos STCP do Metro não estava em discussão. O que estava para discussão era se Gaia, ficava nos STCP ou saía dos STCP. Portanto, perante os factos, perante aquilo que lhes foi pedido para avaliar e para decidir, o CDS votaria favoravelmente. Dizer ao deputado João Paulo que às vezes o silêncio era de ouro. Porque aquele assunto não merecia tanta palavra. O deputado João Paulo também não disse nada, não debateu nada. O senhor deputado João Paulo disse presente e elogiou o senhor Presidente da Câmara. Por fim dirigindo-se á

Mesa da Assembleia disse que quando a malta "descarrilasse" e saísse fora de Gaia, lhes metesse uma portagem, porque ali a discussão eram só assuntos de Gaia. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a crítica e disse ter resistido muito à vontade de lhe pôr travões, porque em vários momentos mereceu. Era a sua forma de conduzir a Assembleia. Já o conheciam. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse não poder resistir à provocação do senhor Dr. João Paulo Silva. De facto, era uma provocação admirável, repetida. Já não era a primeira vez que fazia aquele tipo de provocações e confessava que na primeira assembleia em que esteve, foi uma das primeiras vezes, em que teria imenso gosto em lhe ter feito o mesmo tipo de provocação. Foi, numa célebre votação relativamente ao 25 de novembro, em que ouviu o Partido Socialista a votar contra. O que definia a sua posição não era a oralidade, o seu discurso, para eles era inquestionável que iriam votar a favor. Não estavam de forma nenhuma a retirar valor a quem tinha uma posição diferente. Reconhecia o trabalho imenso que daria preparar a posição da IL, e, portanto, só por isso levava a ter todo o respeito pelas pessoas que lhe antecederam. De qualquer forma, podia provocar sempre que responderiam.----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) voltou a usar da palavra e disse que o contrato tinha uma visão, estatutos e plano de alargamento. Tinha muito mais que se dissesse. E, obviamente, a partir de um documento com a complexidade daquele num plano estratégico nunca iria criticar uma força política. Quando decidisse não falar, era com ele. Agora aludir que aquilo não era uma discussão é que não desculpava. Naquele mandato, a CDU, em todas as sessões ordinárias, desde a questão da UNIR, em particular, falava da gestão dos transportes transportes e o CDS nunca apresentou nenhuma proposta, nenhuma posição sobre os transportes. Para a CDU, todas as questões eram oportunidades para colocar os problemas do povo de acordo com o seu entendimento e o sentimento do eleitorado. Fosse qual fosse o voto, o voto e a visão da CDU, na representação que tinham naquela Assembleia Municipal, com as consequências que essa representação tinha, a visão que tinham sobre um plano de descapitalização da empresa sobre um plano de Investimento das empresas um plano estratégico que não refletia essa visão. O voto da CDU iria ser, e não dizia qual era, a avaliação política. E no final, até poderiam votar a favor. O voto da CDU iria ser a avaliação política desse contrato, sobretudo o que ele significava com todas as 534 páginas de implicações que esse contrato acarretava. Agradecia a intervenção de todos os senhores deputados em querer simplificar a questão, que era extraordinariamente complexa e extraordinariamente exigente. Aliás, o senhor Presidente da Câmara na sua intervenção inicial aludiu para a exigência, para a complexidade e para a importância estratégica, que não seria só o voto em questão, mas a discussão, a questão dos modelos sobre a STCP. Foi nesse sentido que a CDU alterou a sua intervenção, justamente para responder a essa exigência.

Senhor Deputado Alcides Couto (CH) Cumprimentou o Dr. Eduardo Vítor, seus colegas vereadores, a todos os deputados presentes. Público presente. Meios de comunicação. Polícia Municipal e funcionários da Câmara e outros. Falava ali, não porque o incentivaram, porque até achava que participava nas assembleias. Falava-se de unir, das pessoas, a questão de falta de transportes, não sabia qual era o problema. O problema era que as pessoas estavam cansadas com a falta de transportes. Se calhar era uma forma de entrar a STCP e os autocarros irem para o interior das freguesias. Portanto, isso era uma questão de estratégia. O Grupo Municipal do CH iria votar a favor do ponto. Estavam ali em prol de todos não do Metro, STCP e ABC. Iam dar a oportunidade, depois estariam para criticar ou para valorizar se fosse o caso. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues face ao que disse o deputado do CDS, disse que compreendia que a hora ia longa e que às vezes devia ser uma seca estar a aturar a Câmara e estar a aturar a explicação de tudo aquilo. Mas tinham de compreender que estavam a falar de uma questão que era, de facto, de todos os pontos de vista complexa, até na sua duração, para os próximos dez anos. E também em segundo lugar, era preciso que se dissesse que dos 13 pontos que estavam na ordem de trabalhos 12 não serviam para nada. Que era a reprogramação de qualquer coisa e a postura de trânsito. Aquele era um ponto importante. Pedia desculpa se às vezes era um bocadinho mais longo, mas sinceramente, preferia isso do que ficarem com a ideia de que havia ali uma intencionalidade qualquer. Era manter ou deixar de manter. Votar contra o acordo, o contrato, independentemente de todo a avaliação das 500 páginas tem uma consequência que era não ficarem lá. Se dependesse do presidente, só teriam Metro Bus com o Metro do Porto. Esperava que se alguma coisa ficasse por explicar, que permitisse ao senhor deputado mudar o sentido de voto, que dissesse antes de votar, porque estava disponível para dar explicação adicional, num curtíssimo espaço de tempo. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 3.1.</u> ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) 02 votos contra da CDU e 01 abstenção da IL.----------

<u>3.2. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Aditamento de 4 (quatro) postos de trabalho no Mapa de Pessoal, na Carreira/Categoria Assistente Operacional, em regime de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado e Proposta de Abertura de Procedimento Urgente e Simplificado para ocupação de 3 (três) postos de trabalho, conversão de vínculos de Emprego Público a termo resolutivo em vínculos de Emprego Público por tempo indeterminado, restrito

a Assistentes Operacionais, Área da Saúde, em regime de Contrato de Trabalho a termo resolutivo, em exercício de funções no Município de Vila Nova de Gaia". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.2. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Medidas Preventivas no âmbito da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia e declaração de caducidade da reserva de solo nas faixas de salvaguarda dos eixos estruturantes do PDM em vigor, nas extensões identificadas" ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.4. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Procedimento para Locação de Equipamentos Modulares | Polícia Municipal – Aprovação da Repartição de Encargos, nos seguintes termos: ----------

Rubrica 2001 | A | 80 – Aluguer ----------

Lote 1 – Monobloco G1, G2 e G3 ----------

•Ano 2025 - € 68.607,00 + IVA a 23% perfazendo o valor de € 84.386,61 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos); ----------

•Ano 2026 - € 68.607,00 + IVA a 23% perfazendo o valor de € 84.386,61 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos). ----------

Lote 2 – Balneários Masculino e Feminino ----------

•Ano 2025 - € 51.393,00 + IVA perfazendo o valor de € 63.213,39 (sessenta e três mil, duzentos e treze euros e trinta e nove cêntimos); ----------

•Ano 2026 - € 51.393,00 + IVA perfazendo o valor de € 63.213,39 (sessenta e três mil, duzentos e treze euros e trinta e nove cêntimos)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.4. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.5 da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Requalificação de área desportiva da Escola Básica 2/3 de Olival | Agrupamento de Escolas Diogo Macedo | União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2025 – € 130.861,24 (cento e trinta mil, oitocentos e sessenta e um euros e vinte e quatro cêntimos)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.5. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.6. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto quanto ao Parque Biológico Cercado dos Linces - Execução de Vedação Secundária e Rede de Drenagem de Águas Residuais – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2025 – € 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil euros) IVA incluído". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.6. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.7. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Casa Mortuária de Olival – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2025 – € 421.880,00 (quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta euros) IVA incluído" -------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.8. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão – Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 - € 1.000.000,00 (um milhão de euros) + IVA; ----------

• Ano 2025 - € 1.819.647,23 (um milhão, oitocentos e dezanove mil, seiscentos e quarenta e sete euros e vinte e três cêntimos) + IVA". ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.8. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

3.9. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção da Nova Piscina de Maravedi - Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2024 - € 114.766,26 + IVA = € 121.652,24 (cento e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos | 1,24%; ----------

•Ano 2025 - € 2.312.096,51 + IVA = 2.450.822,30 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos | 24,92%; ----------

•Ano 2026 – € 6.849.844,85 + IVA = € 7.260.835,54 (sete milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos | 73,84%". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.9. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.10. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso – Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

•Ano 2025 - € 1.468.478,11 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito euros e onze cêntimos) + IVA; ----------

•Ano 2026 - € 1.134.466,69 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos) + IVA".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.10. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

3.11. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Financeiros e substituição dos décimos a reter aquando dos pagamentos por Garantia Bancária, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:----------

•Ano 2025 - € 2.263.895,38 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco euros e trinta e oito cêntimos) Valor com IVA; ----------

•Ano 2026 - € 3.923.211,30 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, duzentos e onze euros e trinta cêntimos) Valor com IVA".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.11. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assistência e Manutenção aos Sistemas de Iluminação Cénica e Decorativa e Fornecimento dos Materiais Associados – Aprovação da Nova Repartição de Encargos, em cumprimento do estabelecido

no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

Valores da reformulação de encargos a libertar de 2024 para 2025: ----------

•Assistência Técnica Programada Anual: € 72.000,00 (setenta e dois mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 77 – Manutenção/Reparação – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos); ----------

•Assistência Técnica Extraordinária Anual: € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 77 – Manutenção/Reparação – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos); ----------

•Fornecimento de Materiais Anual: € 30.000,00 (trinta mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 78 – Peças e Acessórios – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos). ----------

Após reformulação, os valores cabimentados para 2025 passam a ser: ----------

•Assistência Técnica Programada Anual: € 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil euros) + IVA; ---------

•Assistência Técnica Extraordinária Anual: € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros) + IVA; ----------

•Fornecimento de Materiais Anual: € 60.000,00 (sessenta mil euros) + IVA". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.12. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.13. da Ordem de Trabalhos "Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua de Margarida da Silva Cruz, Freguesia de Canidelo; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua da Colónia Balnear, Freguesia de Arcozelo; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito na Rua do Bairro, União de Freguesias Pedroso e Seixezelo; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito, Freguesia de Avintes; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Eça de Queirós, Freguesia de São Félix da Marinha; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua do Espinheiro, Freguesia de Canidelo; ----------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Crasto, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ------

•Postura Municipal de Trânsito na Rua de Santos Pousada, Freguesia de Oliveira do Douro; ----------

•Posturas Municipais de Trânsito apresentadas no anexo "Planta Sinalização 1B-LAYOUT1.PDF, na Freguesia de Mafamude e Freguesia de Santa Marinha" ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 3.13. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 10minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 1

MINUTA DE ATA Nº 60

Reunião Extraordinária de 21.11.2024

Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Extraordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **Foram a Votação as seguintes Atas:** ----------
   a) Foi a Ata nº 55 de 05 de setembro de 2024, **Aprovada por Unanimidade,** de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   b) Foi a Ata nº 56 de 19 de setembro de 2024, **Aprovada por Unanimidade,** de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   c) Foi a Ata nº 57 de 26 de setembro de 2024, **Aprovada por Unanimidade,** de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------

2. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------
   a) **Foi o ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à participação do Município de Gaia na STCP, através do Contrato Interadministrativo e do Contrato de Serviço Público propostos", **Aprovado por Maioria,** com 44 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) 02 votos contra da CDU e 01 abstenção da IL. ----------
   b) **Foi o ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Aditamento de 4 (quatro) postos de trabalho no Mapa de Pessoal, na Carreira/Categoria Assistente Operacional, em regime de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado e Proposta de Abertura de Procedimento Urgente e Simplificado para ocupação de 3 (três) postos de trabalho, conversão de vínculos de Emprego Público a termo resolutivo em vínculos de Emprego Público por tempo indeterminado, restrito a Assistentes Operacionais, Área da Saúde, em regime de Contrato de Trabalho a termo resolutivo, em exercício de funções no Município de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

c) **Foi o ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Medidas Preventivas no âmbito da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia e declaração de caducidade da reserva de solo nas faixas de salvaguarda dos eixos estruturantes do PDM em vigor, nas extensões identificadas", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

d) **Foi o ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Procedimento para Locação de Equipamentos Modulares | Polícia Municipal – Aprovação da Repartição de Encargos, nos seguintes termos:----------

Rubrica 2001 | A | 80 – Aluguer ----------

Lote 1 – Monobloco G1, G2 e G3 ----------

- Ano 2025 - € 68.607,00 + IVA a 23% perfazendo o valor de € 84.386,61 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos); ----------
- Ano 2026 - € 68.607,00 + IVA a 23% perfazendo o valor de € 84.386,61 (oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e sessenta e um cêntimos). ----------

Lote 2 – Balneários Masculino e Feminino ----------

- Ano 2025 - € 51.393,00 + IVA perfazendo o valor de € 63.213,39 (sessenta e três mil, duzentos e treze euros e trinta e nove cêntimos); ----------
- Ano 2026 - € 51.393,00 + IVA perfazendo o valor de € 63.213,39 (sessenta e três mil, duzentos e treze euros e trinta e nove cêntimos)". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

e) **Foi o ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Requalificação de área desportiva da Escola Básica 2/3 de Olival | Agrupamento de Escolas Diogo Macedo | União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:----------

- Ano 2025 – € 130.861,24 (cento e trinta mil, oitocentos e sessenta e um euros e vinte e quatro cêntimos)". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

f) **Foi o ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Parque Biológico Cercado dos Linces - Execução de Vedação

Secundária e Rede de Drenagem de Águas Residuais – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:-

• Ano 2025 – € 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil euros) IVA incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

g) **Foi o ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Casa Mortuária de Olival – Autorização dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:-

• Ano 2025 – € 421.880,00 (quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta euros) IVA incluído". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

h) **Foi o ponto 3.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão – Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 - € 1.000.000,00 (um milhão de euros) + IVA; ----------

• Ano 2025 - € 1.819.647,23 (um milhão, oitocentos e dezanove mil, seiscentos e quarenta e sete euros e vinte e três cêntimos) + IVA". ----------

Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

i) **Foi o ponto 3.9. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção da Nova Piscina de Maravedi - Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2024 - € 114.766,26 + IVA = € 121.652,24 (cento e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos | 1,24%; ----------

• Ano 2025 - € 2.312.096,51 + IVA = 2.450.822,30 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte e dois euros e trinta cêntimos | 24,92%; ----------

• Ano 2026 – € 6.849.844,85 + IVA = € 7.260.835,54 (sete milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos | 73,84%". ---------

Aprovado por Unanimidade. ----------

j) **Foi o ponto 3.10. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso – Previsão de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2025 - € 1.468.478,11 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito euros e onze cêntimos) + IVA; ----------

• Ano 2026 - € 1.134.466,69 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos) + IVA". ----------

Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

k) **Foi o ponto 3.11. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Financeiros e substituição dos décimos a reter aquando dos pagamentos por Garantia Bancária, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

• Ano 2025 - € 2.263.895,38 (dois milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco euros e trinta e oito cêntimos) Valor com IVA; ----------

• Ano 2026 - € 3.923.211,30 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, duzentos e onze euros e trinta cêntimos) Valor com IVA". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

l) **Foi o ponto 3.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assistência e Manutenção aos Sistemas de Iluminação Cénica e Decorativa e Fornecimento dos Materiais Associados – Aprovação da Nova Repartição de Encargos, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL n.º 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

Valores da reformulação de encargos a libertar de 2024 para 2025: ----------

- Assistência Técnica Programada Anual: € 72.000,00 (setenta e dois mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 77 – Manutenção/Reparação – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos); ----------
- Assistência Técnica Extraordinária Anual: € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 77 – Manutenção/Reparação – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos); ----------
- Fornecimento de Materiais Anual: € 30.000,00 (trinta mil euros) + IVA (Rubrica 2006 | A | 78 – Peças e Acessórios – Iluminação Exterior de Edifícios e Monumentos). ----------

Após reformulação, os valores cabimentados para 2025 passam a ser: ----------

- Assistência Técnica Programada Anual: € 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil euros) + IVA; ----------
- Assistência Técnica Extraordinária Anual: € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros) + IVA;
- Fornecimento de Materiais Anual: € 60.000,00 (sessenta mil euros) + IVA". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

m) **Foi o ponto 3.13. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Margarida da Silva Cruz, Freguesia de Canidelo;
- Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;
- Postura Municipal de Trânsito na Rua da Colónia Balnear, Freguesia de Arcozelo; -------
- Posturas Municipais de Trânsito na Rua do Bairro, União de Freguesias Pedroso e Seixezelo; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito, Freguesia de Avintes; ----------
- Posturas Municipais de Trânsito, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Eça de Queirós, Freguesia de São Félix da Marinha;
- Postura Municipal de Trânsito na Rua do Espinheiro, Freguesia de Canidelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Crasto, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Santos Pousada, Freguesia de Oliveira do Douro; ----------

- Posturas Municipais de Trânsito apresentadas no anexo "Planta Sinalização 1B-LAYOUT1.PDF, na Freguesia de Mafamude e Freguesia de Santa Marinha" ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 10 minutos do dia 22 de novembro de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)